

§ 2º - Os candidatos estrangeiros serão dispensados das exigências dos incisos I e II, devendo apresentar cópia de documento que comprove sua situação regular no Brasil.

§ 3º - Não serão recebidas inscrições pelo correio.

§ 4º - No ato da inscrição, os candidatos deverão entregar a documentação comprobatória do memorial em uma via, acondicionada em pastas, com indicação dos números dos documentos contidos em cada uma delas; essa documentação será devolvida aos candidatos após a realização do concurso; os candidatos deverão possuir outra cópia dos seus trabalhos, artigos e livros para seu uso durante o concurso.

§ 5º - O memorial a que se refere o inciso IV poderá seguir o roteiro e as normas para a elaboração de memoriais destinados aos concursos docentes da FEA, aprovados pela Congregação em 17.8.2005. O mesmo é encontrado no site www.fea.usp.br, link FEA/Organização/Assistências/Acadêmica. No memorial deverão estar destacadas as publicações referentes aos últimos cinco anos imediatamente anteriores à inscrição.

§ 6º - Todos os títulos e atividades, mesmo aqueles obtidos ou realizados na FEA, deverão estar comprovados mediante cópias de diplomas, certificados e juntada de declarações.

§ 7º - Os trabalhos deverão ser comprovados com a juntada de um exemplar (da tese, da revista na qual foi publicado o artigo), na forma como foi editado; com o programa ou resumo, editado pelos organizadores do congresso, do qual conste o trabalho citado, ou, ainda, com a carta de aceitação do trabalho. Os textos integrais dos trabalhos deverão acompanhar os comprovantes.

§ 8º - Cada comprovante de título, trabalho e atividade deverá estar numerado de forma a corresponder à numeração com a qual foram citados no memorial.

2. As inscrições serão julgadas pela Congregação, em seu aspecto formal, publicando-se a decisão em edital.

3. O concurso deverá ser realizado no prazo de trinta a cento e vinte dias após a aprovação das inscrições.

PROVAS

4. As provas deste concurso serão realizadas em duas fases, sendo a primeira, eliminatória, constituída por uma prova escrita.

§ 1º - Será eliminado do concurso o candidato que não estiver presente no horário de início das provas e no horário da ciência das listas de pontos das provas escrita e didática.

§ 2º - O candidato que obtiver na prova escrita nota menor do que 7,0 (sete) da maioria dos membros da Comissão Julgadora estará eliminado do concurso.

§ 3º - A Comissão Julgadora apresentará, em sessão pública, as notas recebidas pelos candidatos na prova escrita eliminatória.

5. A prova escrita, que versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, será realizada de acordo com o disposto no artigo 139 e seu parágrafo único do Regimento Geral da USP:

I. a comissão organizará uma lista de dez pontos, com base no programa de concurso e dela dará conhecimento aos candidatos, vinte e quatro horas antes do sorteio do ponto;

II. sorteio do ponto, inicia-se o prazo improrrogável de cinco horas de duração da prova;

III. durante sessenta minutos, após o sorteio, será permitida a consulta a livros, periódicos e outros documentos bibliográficos de uso público, não em meio eletrônico, que o candidato tiver levado para o local da prova, do qual não lhe será permitido ausentar-se durante esse período;

IV. as anotações efetuadas durante o período de consulta poderão ser utilizadas no decorrer da prova, devendo ser feitas em papel rubricado pela comissão e anexadas ao texto final;

V. a prova, que será lida em sessão pública pelo candidato, deverá ser reproduzida em cópias que serão entregues aos membros da comissão julgadora, ao se abrir a sessão;

VI. cada prova será avaliada pelos membros da comissão julgadora, individualmente.

Parágrafo único - O candidato poderá propor a substituição de pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação.

6. Os candidatos aprovados na prova escrita farão a segunda fase do concurso, que será constituída por:

I. julgamento do memorial com prova pública de arguição (peso 4);

II. prova didática (peso 3).

Parágrafo único - A nota obtida pelo candidato aprovado na prova escrita irá compor a média final da segunda fase, com peso 3.

7. O julgamento do memorial, expresso mediante nota global, incluindo arguição e avaliação, deverá refletir o mérito do candidato.

Parágrafo único - No julgamento do memorial, a Comissão apreciará:

I. produção científica, literária, filosófica ou artística;

II. atividade didática universitária;

III. atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade;

IV. atividades profissionais, ou outras, quando for o caso;

V. diplomas e outras dignidades universitárias.

8. A prova didática será pública, com a duração mínima de quarenta e máxima de sessenta minutos, e versará sobre o programa da área de conhecimento acima mencionada, nos termos do artigo 137 do Regimento Geral da USP.

§ 1º - O sorteio do ponto será feito 24 horas antes da realização da prova didática.

§ 2º - O candidato poderá utilizar o material didático que julgar necessário.

§ 3º - O candidato poderá propor substituição dos pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à comissão julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação.

§ 4º - A aula deverá ser em nível de graduação.

CLASSIFICAÇÃO

9. Ao término da apreciação das provas, cada examinador atribuirá a cada candidato nota final, que será a média ponderada das notas por ele conferidas.

10. Cada examinador fará a classificação, segundo as notas finais por ele conferidas, e indicará o candidato para preenchimento da vaga existente.

11. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela comissão julgadora, em sessão pública.

12. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

13. Será proposto para nomeação o candidato que obtiver maior número de indicação da comissão julgadora.

14. O empate de indicações será decidido pela Congregação, ao apreciar os relatórios da comissão julgadora, prevalecendo, sucessivamente, a média geral obtida, o maior título universitário e o maior tempo de serviço docente na USP.

15. A proposta de nomeação do candidato indicado será encaminhada ao Reitor, nos dez dias subsequentes à homologação do concurso pela Congregação.

COMISSÃO JULGADORA

16. A comissão julgadora será constituída por cinco membros indicados pela Congregação, por proposta do Conselho do Departamento.

§ 1º - Os membros da comissão julgadora deverão possuir título acadêmico igual ou superior ao do candidato de maior titulação.

§ 2º - Dentre os membros da comissão, pelo menos um e no máximo dois deverão pertencer ao Departamento.

PROGRAMA

17. O programa do concurso é o seguinte:

1. Aspectos introdutórios de Contabilidade Societária;

2. Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Governamental e não Governamental);

3. Demonstrações Contábeis no Setor Público (incluindo demonstrações consolidadas);

4. O processo de planejamento no Setor Público Governamental;

5. A Controladoria no Setor Público Governamental;

6. A Governança no Setor Público (Governamental e Não Governamental);

7. O Controle Externo no Setor Público Governamental;

8. O Controle Interno no Setor Público Governamental;

9. O Orçamento no Setor Público (elaboração, aprovação, execução e aspectos contábeis);

10. A Transparência no Setor Público e a Lei de Responsabilidade Fiscal;

11. As Finanças Públicas brasileiras e a Lei de Responsabilidade Fiscal;

12. Normas Internacionais (IPSAS) na Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

ADMISSÃO

18. O ingresso do docente em Regime de Turno Completo (RTC) é condicionado à aprovação da Comissão Especial de Regime de Trabalho (CERT), na forma da Resolução 3533/89 e demais disposições regimentais aplicáveis.

Parágrafo único - O candidato indicado deverá entregar, na secretária do Departamento, o projeto de pesquisa para ingresso no RTC, no prazo máximo de três dias úteis, contados a partir da data do término do concurso.

19. São condições de admissão:

I - estar apto no Exame Médico pré-admissional a ser realizado pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo (DPME);

II - apresentação, pelo candidato estrangeiro, de visto temporário ou permanente que o habilite para o exercício de função remunerada no Brasil.

20. O concurso terá validade imediata, exaurindo-se com a nomeação dos candidatos aprovados.

21. Informações adicionais, bem como as normas pertinentes ao concurso, poderão ser obtidas na Assistência Acadêmica da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, no endereço supracitado.

EDITAL FEA 8/2013 - ABERTURA DE INSCRIÇÕES AO CURSO DE TÍTULOS E PROVAS PARA O PROVIMENTO DE TRÊS CARGOS DE PROFESSOR TITULAR, NO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

O Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, de acordo com o Regimento desta Faculdade e nos termos das disposições contidas no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade de São Paulo, e tendo em vista o deliberado pela Congregação, em sessão realizada em 12 de dezembro de 2012, torna público a todos os interessados que estarão abertas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, no período de 7 de janeiro a 11 de julho de 2013, das 9 às 12h e das 14 às 17h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, o período de 11 a 13 de fevereiro e os dias 31 de maio e 8 de julho, as inscrições ao concurso público de títulos e provas para provimento de três cargos de Professor Titular, referência MS-6, cargos e claros de números 150274, 265926 e 150924, em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), com salário de R\$ 12.527,42 (doze mil, quinhentos e vinte e sete reais e quarenta e dois centavos) no Departamento de Economia.

O concurso terá como base o programa que segue:

A) Teoria Econômica
MICROECONOMIA

1. Teoria do Comportamento do Consumidor e Demanda

1.1. Hipótese e construção do modelo de escolha

1.2. As preferências, a restrição orçamentária e a escolha individual

1.3. Análise de demanda, efeito recente e substituição principais implicações de teoria

1.4. A teoria de preferência revelada

1.5. Escolha sob incerteza

1.6. Demanda Agregada

2. Teoria da Firma

2.1. Definição de firma e tecnologia

2.2. A função de produção

2.3. A hipótese de maximização de lucro

2.4. Custos de curto e longo prazo

2.5. A lei dos rendimentos decrescentes

2.6. Retornos de escala

3. Concorrência Perfeita

3.1. Oferta individual de curto e longo prazo: oferta agregada de curto e longo prazo

4. Monopólio

4.1. Discriminação de preços

4.2. Medidas de controle de monopólios

5. Concorrência Monopolística

5.1. Diferenciação de Produto

5.2. Equilíbrio de Curto e Longo Prazo

5.3. Eficiência Econômica

6. Oligopólio

6.1. Modelos clássicos de duopólio

6.2. Cartel

6.3. Liderança de preços

6.4. Noções sobre teoria dos jogos

6.5. Barreiras à entrada

6.6. Formação de preços com mark-up

7. Formação de Preços dos Fatores de Produção

7.1. Concorrência perfeita

7.2. Monopólio

7.3. Monopsonio

8. Equilíbrio Geral

8.1. Caixa de Edgeworth

8.2. Lei de Walras

8.3. Existência de equilíbrio

8.4. Equilíbrio e eficiência

8.5. Produção

8.6. Fronteira de possibilidades de produção

8.7. Eficiência de Pareto

9. Bem Estar

9.1. Agregação das preferências

9.2. Função de bem-estar social

9.3. Maximização do bem-estar

9.4. Alocações justas

10. Externalidades e Bens Públicos

10.1. Definições

10.2. Preferências quase-lineares e o teorema de Coase

10.3. Falhas de Mercado

10.4. Direitos de Propriedade

11. Mercados com Informações Assimétricas
MACROECONOMIA

1. Crescimento Econômico:

1.1. Modelo de Solow

1.2. Modelo de Ramsey-Cass-Koopmans

1.3. Modelos Neoclássicos de Crescimento Endógeno

1.4. Modelo de Schumpeter: Desenvolvimento e Tecnologia

1.5. Abordagem da Nova Economia Institucional – NEI

2. Consumo e Investimento

3. Desemprego

4. Determinação da Renda e Flutuações Econômicas

4.1. Economia fechada

4.2. Economia aberta

5. A árvore de Lucas e aplicações

6. Política Fiscal:

6.1. Dívida pública e sua sustentabilidade

6.2. Tributação ótima

7. Política Monetária:

7.1. Modelos de Demanda por Moeda: Moeda na Função de Utilidade, "Cash-in-Advance", Custos de Transação

7.2. Determinação do Nível de Preços e Inflação sob Regras Alternativas de Política Monetária

7.3. Efeitos Reais da Política Monetária e Modelos Novo-Keynesianos com Rigidez de Preços

7.4. Regras, Discrção e o Sistema de Metas de Inflação

7.5. Política Monetária Ótima

8. Abordagem Intertemporal e a Taxa de Câmbio: o Caso da Economia Monetária com Preços Flexíveis

9. Crises Monetário-Financeiras e o Balanço de Pagamentos

10. Sustentabilidade de Déicits em Conta Corrente e Solvência Externa

B) História do Pensamento Econômico e Metodologia da Economia

1. A economia política clássica e a teoria do valor trabalho

2. A escola neoclássica e a teoria do valor utilidade

3. Karl Popper e o critério de demarcação na história da economia

4. Thomas Kuhn e revoluções científicas na construção da história da economia

5. Imre Lakatos e programas de pesquisa na construção da história da economia

6. O movimento institucionalista na primeira metade do século XX

7. John Maynard Keynes e o surgimento da macroeconomia

8. Milton Friedman e a metodologia da economia positiva

9. A matematização da ciência econômica e sua história

10. Os desenvolvimentos da economia do bem-estar social e sua história

11. A sociologia do conhecimento científico e a história da ciência econômica

12. A busca dos fundamentos da macroeconomia e sua história

C) Métodos Quantitativos em Economia

1. Modelos de Otimização e Teoria Econômica: estática, dinâmica, discreta, contínua, determinística e estocástica.

2. Modelo Clássico de Regressão: hipóteses, resultados e aplicações.

3. Modelo Clássico de Regressão: violação das hipóteses, resultados e aplicações.

4. Modelo Clássico de Regressão: resultados de amostras finitas e infinitas e testes de hipóteses.

5. Modelos de dados em painel: estimadores de efeitos fixos e aleatórios, e modelos dinâmicos.

6. Modelos univariados e multivariados de séries temporais lineares estacionárias: hipóteses, resultados e aplicações.

7. Modelos univariados e multivariados de séries temporais lineares estacionárias: resultados de amostras infinitas e testes de hipóteses.

8. Modelos de séries temporais não estacionárias: testes de raízes unitárias e modelos de cointegração.

9. Modelos de séries temporais não-lineares.

10. Modelos de escolha discreta.

11. Variáveis dependentes limitadas: variáveis censuradas, truncadas e viés de seleção.

12. Modelos não lineares: especificação, estimação e inferência.

13. Métodos de estimação em sistemas de equações.

14. Estimação não paramétrica e semi-paramétrica: hipóteses, resultados e aplicações.

D) História Econômica e Economia Brasileira

1. A transição do Feudalismo para o Capitalismo

2. A Economia Europeia nos séculos XVI e XVII: Holanda e Inglaterra

3. Auge e Declínio da Economia Holandesa: séculos XVII e XVIII

4. Mudanças na estrutura fundiária e na agricultura britânica: os cercamentos

5. A "Revolução Industrial" na Grã-Bretanha: origens e desdobramentos

6. A hegemonia industrial britânica até a década de 1870: a expansão do setor de bens de produção

7. Perda de dinamismo industrial e supremacia da Grã-Bretanha no comércio e finanças internacionais antes de 1914

8. A industrialização na Alemanha antes de 1914

9. A industrialização dos Estados Unidos antes de 1914

10. O Padrão-Ouro antes de 1914

11. A Grande Depressão na década de 1930

12. O sentido da colonização

13. Antigo sistema colonial e acumulação originária

14. O sistema colonial português

15. Elementos estruturais da formação econômica do Brasil

16. Economia e demografia da escravidão no Brasil

17. O açúcar e o complexo econômico nordestino

18. O ouro: expansão territorial e comportamento econômico no Setecentos.

19. Portugal, Brasil e as crises dos séculos XVII e XVIII.

20. A época de Dom João VI: os tratados com a Inglaterra, a crise do antigo sistema colonial e o movimento pela Independência.

21. Geração da economia cafeeira

22. Expansão da economia cafeeira e transição do trabalho escravo para o trabalho livre (imigração e abolição).

23. O Estado Imperial e a Proclamação da República

24. A questão do Estado na Primeira República: coronelismo e política dos governadores.

25. Economia cafeeira na Primeira República: o Convênio de Taubaté, a política de defesa do café e a crise de 1929.

26. Confronto das diferentes teses sobre o crescimento industrial até 1930

27. As transformações nos anos 1930. A revolução de 30 e formação do Estado populista.

28. Processo de Desenvolvimento Industrial

29. A expansão capitalista e as origens da formação industrial

30. A crise da economia cafeeira e a transição para a economia industrial

31. A industrialização restringida e o processo de substituição de importações

32. O Plano de Metas e a industrialização pesada

33. A Crise dos Anos 60 e o "Milagre" Econômico

34. Inflação, estagnação e ruptura no início